

## CASTILHO TENTA DIFUNDIR O SEU MÉTODO DE LEITURA NO BRASIL

FERNANDO CASTELO-BRANCO \*

A tentativa de Antônio Feliciano de Castilho para difundir o seu método destinado ao ensino da leitura, no Brasil, é um episódio da história do ensino neste País, com interesse em si e ainda por se tratar de um caso luso-brasileiro nesse mesmo campo, pois A. F. de Castilho, anteriormente, tentara, com todas as suas forças, difundir e impor esse mesmo método em Portugal. Por isso a campanha pedagógica de A. F. de Castilho interessa à história do ensino em Portugal e também à história do ensino no Brasil e, cremos, raros serão os aspectos, como este, comuns à história do ensino nos dois países, posteriormente a 1823.

O método apresentado por A. F. de Castilho tem a sua origem nos Açores, em Ponta Delgada, em 1848. Em 29 de junho de 1850 partia para Lisboa, onde chegava a 12 de julho. Em fins de setembro desse mesmo ano estava pronto o seu *Método*, que nessa primeira edição se intitulava *Leitura Repentina — Methodo para em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos*. Envia-o à Academia das Ciências de Lisboa, acompanhado de uma carta datada de 1.º outubro de 1850, “para emitir sobre ela (a *Leitura Repentina*) o seu juízo”. No dia seguinte o jornal *A Nação* refere-se já a esse livro.(1) Estava iniciada a campanha de A. F. de Castilho para difundir e impor esse método, campanha que se vai prolongar, com grande intensidade, dando origem a debates virulentos, animados pelo fogoso gênio polêmico de Castilho. É talvez a mais longa e acesa polêmica pedagógica travada em Portugal ou pelo menos uma das mais violentas e duradouras.

Ecos desta campanha vão chegar ao Brasil. Assim, e sendo do nosso conhecimento, temos que em 21 de junho de 1853 o deputado José Nogueira Jaguaribe interpelou o Ministro da Guerra, “desejando a adoção da novidade (isto é, do método apresentado por A. F. de Castilho) nas aulas regimentais”, tendo obtido do ministro uma resposta vaga e sem compromisso de que “acha-se animado dos melhores desejos em favor da civilização do exército”.

(\*) Da Academia Portuguesa de História (Lisboa).

(1) Introdução à *Correspondência Pedagógica* de A. F. de Castilho, Lisboa, 1975, pp. 12-18 e 37.

A campanha em Portugal continua violenta, mas Castilho não consegue impor o seu método, encontrando fortes oposições e viva contestação. Em setembro de 1854 desloca-se ao Porto, para dar um "Curso Normal de leitura e escrita pelo Método Português (nova designação que passara a dar ao seu método) aos professores primários deste distrito administrativo", segundo ele próprio diz em carta da véspera, ao jornal *Comércio do Porto*. Terminou o curso em 30 desse mesmo mês e em 18 de outubro seguinte iniciava novo curso em Coimbra, que especifica ele em carta ao jornal o *Leiriense*, "encerrei ao fim de um mês prefixo". Passando por Leiria, regressa a Lisboa, onde chega a 30 de novembro. Fora uma campanha árdua, para propaganda e defesa do Método. Mas continuava a não conseguir impô-lo, como desejava. Este decerto o principal motivo por que em 14 de janeiro de 1855 largava do Tejo a bordo do navio *Great Western*, com destino ao Brasil, tendo desembarcado no Rio de Janeiro em 9 de fevereiro, para (tudo o indica) tentar em terras de além Atlântico um êxito que não alcançara no seu país.

Júlio de Castilho mascarou o fracasso desta campanha do pai dizendo que este "julgou talvez suficientemente espalhada a semente depois dos tempestuosos e trabalhosos Cursos de Lisboa, Leiria, Porto e Coimbra, e entrou-lhe no espírito, sempre irrequieto, outro devaneio estranhíssimo: ir levar a luz do novo ensino às plagas do Brasil".

É evidente que se a campanha tivesse resultado, Castilho teria ficado em Portugal a orientar a difusão e a aplicação do seu método e a colher os louros e os frutos da sua vitória. Mas como não consegue impô-lo como método oficial e adotado no plano nacional, vai tentar melhor sorte no Brasil. Este o principal motivo que o terá levado a partir, devendo no entanto ter pesado nessa sua decisão as seguintes circunstâncias que Júlio de Castilho aponta: "Primeiro que tudo, era o Brasil um País, onde o nome literário do Cantor da *Primavera* e dos *Ciúmes do Bardo* atingira o apogeu da celebridade desde longos anos. Em segundo lugar, o Imperador mostrava-se amigo de literatos em geral, e distinguira Castilho com provas especiais e inequívocas de apreço". (E na verdade, A. F. de Castilho, como veremos, vai tentar obter o apoio de D. Pedro II, apoio esse a que atribui importância primordial para o bom êxito dos seus planos). A estes dois motivos acrescenta Júlio de Castilho que "em terceiro lugar, eram instantísimos, eram constantes os pedidos de José Feliciano de Castilho a seu irmão para uma saltada ao Rio".

Em 11 de fevereiro, portanto, escassos dias depois da sua chegada, *O Correio Mercantil* publicava a seguinte notícia:

### A NOVA ESTRELA

"Acaba de despontar em nosso belo horizonte uma fulgurante estrela do céu lusitano, deixando o soberbo Tejo para vir espelhar-se à nossa magestosa Guanabara.

O digno vate português, cuja lira ressoou sempre harmoniosa em nossa alma, o distinto literato o sr. António Feliciano de Castilho, acha-se entre nós.

Saudemo-lo pois affectuosamente, e apressemo-nos em ir tributar-lhe uma homenagem de letras, de que é digno o illustre cego, que só por amor das letras vem à nossa terra, tomado do desejo de utilizar a nossa jovem literatura com os ricos tesouros que encerra o seu espírito — *B. A.*”

O Imperador D. Pedro II estava então em Petrópolis, tendo sido A. F. de Castilho cumprimentado por escrito, em seu nome, pelo camarista D. José de Assis Mascarenhas. Animado por esta deferência ou porque já era seu projeto, solicita uma audiência ao Imperador, a qual foi marcada para a manhã do dia 17, um sábado. E em carta do anterior dia 12, Castilho dizia: “É pois este sábado dia de crise para a causa do Método e da instrução popular”.

É natural que Castilho tentasse alcançar a protecção do Imperador, tanto quanto em Portugal tentara captar a de D. Fernando, regente na menoridade de seu filho, o futuro D. Pedro V. A sua série de *Brados de aqui d'el-rei em favor da escola primária* abre com um *Brado*, em forma da carta, dirigido ao regente e datado de 3 de agosto de 1854. E novo *Brado* lhe vai dirigir, o quarto da série, também sob a forma de carta, em 13 de outubro de 1855, já depois de ter regressado do Brasil. E mais tarde vai procurar o apoio de D. Pedro V, em diversas tentativas, entre as quais mais dois brados, o oitavo e o décimo segundo, de 29 de fevereiro de 1856 e de 28 de janeiro de 1857, respectivamente, ambos também sob a forma de cartas dirigidas ao soberano. Por isso nos parece natural e provável que tenha tentado obter no Brasil o apoio do seu Imperador.

A audiência teve lugar e dela nos dá Júlio de Castilho circunstanciada notícia, transcrevendo a descrição feita por seu tio José Feliciano de Castilho, que assistiu a essa audiência:

“Respondeu Castilho que o principal motivo que o trazia ao Brasil era o desejo de prestar pessoalmente homenagem do seu respeito a um Príncipe”. . . etc. “e o segundo motivo era mostrar praticamente o Método de leitura, que ele autor considerava uma forte alavanca de progresso: que, portanto, se achava todo à disposição de Sua Majestade para implantar no Brasil, sob os seus auspícios, a reforma, que aliás já tinha no Império adeptos em várias escolas; que supplicava ao Imperador permitisse que ele desse no Rio um Curso Normal aos professores officiaes. O Imperador aprovou a idéa; disse que sempre considerara a instrução pública (bem dirigida) um motor poderoso do progresso: que, mais que ninguém, almejava o aperfeiçoamento dos estudos públicos no Brasil, e que no sentido indicado daria as suas ordens ao Ministro do Interior, o Conselheiro Pedreira (depois Visconde do Bom Retiro)”.

Acrescenta-se no relato da audiência que o Imperador conversou muito com A. F. de Castilho em “um agradável colóquio de cerca de duas horas”.

Como se vê, D. Pedro II apenas aprova a idéia de Castilho promover o seu curso e promete que nesse sentido daria as suas ordens. E isto segundo um relato que, na melhor das hipóteses, será inteiramente fiel, mas que muito naturalmente terá favorecido a posição de Castilho, pelo menos discretamente. Depois falaram de outras coisas, nesse longo colóquio de cerca de duas horas, no qual a parte respeitante ao curso — motivo por que A. F. de Castilho se encontrava no Brasil — foi mínima. É de sublinhar não ter o Imperador, que era tão ávido de obter ensinamentos e informes no campo cultural, inquirido junto de Castilho, sobre particularidades do seu método, não ter procurado saber como, através dele, se processava o ensino da leitura e da escrita. E se tivesse manifestado esse interesse, tão natural aliás, o irmão de Castilho não teria deixado de o referir no seu relato.

Por que terá D. Pedro II tomado uma atitude tão retraída, tão discreta? Por saber quão violenta era a campanha que em redor do Método se travava em Portugal, por saber como este tinha sido contestado e portanto não desejar comprometer-se? Parece-nos muito natural, tanto mais que não era essa mera aprovação de realizar o curso que A. F. de Castilho pretendia do Imperador. Se na sua carta disse que o dia da audiência era “de crise para a causa do Método” é porque decerto pretendia obter do Imperador apoio muito importante e mais efetivo. E como não o obteve, o irmão terá omitido essa tentativa malograda no seu relato, que assim, e pelo menos por omissão, favorece Castilho, como era de esperar.

Seguidamente começaram os trabalhos preparatórios do curso. Diz Júlio de Castilho que se realizaram “várias conferências entre o nosso poeta e o Ministro do Interior, o chefe da instrução pública e o official maior do Ministério”.

A 16 de março estava acordado “que se intimassem, para assistirem, os professores officiaes e se convidassem todos os particulares”, diz Júlio de Castilho, e ainda que estivessem presentes uma ou duas dúzias de crianças “para com elas se operar o ensino”.

No dia 21 desse mês endereça A. F. de Castilho a seguinte carta ao *Diário do Rio de Janeiro*:

“Ilmo. Sr. Redator

Abre-se amanhã o meu Curso Normal de Leitura Repentina aos professores públicos e particulares, e a quantas pessoas de um e outro sexo desejem habilitar-se para bem ensinar. Dizer-vos isto é significar-vos tacitamente o desejo e o interesse que teria em que vós, eco e director da opinião, vos associeis de algum modo aos meus trabalhos, observando-os, aconselhando-os, propalando os seus resultados, e rebatendo, se for preciso, e rechaçando varonilmente, os erros que, porventura, procurem empecer ao merecido e já alcançado crédito da nova doutrina. Para todas as coisas novas há oposições, e tanto mais ardentes

oposições quanto mais importantes são essas coisas novas. Estrangeiro neste país, mas anelando introduzir nele um benefício que reputo de primeira ordem, conto com a sincera coadjuvação de tudo quanto o Brasil possui de mais ilustrado e patriótico. O Governo dignou-se aceitar, com uma benevolência, que me premiaria até de sacrifícios, este pequeno serviço, que espontânea e gostosamente lhe ofereci. O *Diário do Rio de Janeiro* não poderia recusar-me o seu auxílio, vendo que, no conceder-mo, não serve só ao estrangeiro amigo, mas também e principalmente ao interesse máximo de seus compatriotas.

Tenho a honra de ser com muita consideração  
Vosso respeitoso venerador e criado

S. C. — Rua da Misericórdia n.º 52  
21 de Março de 1855

A. F. C.”

No dia 22 de março de 1855 foi inaugurado o curso na sala grande dos atos da Escola Militar, tendo estado presentes à sessão inaugural o Ministro do Império, membros do Conselho de Estado, Inspetor Geral da Instrução Pública, professores do Colégio D. Pedro II e algumas senhoras.

O *Jornal do Comércio* assim noticiava essa sessão inaugural: “Ontem o sr. Antônio Feliciano de Castilho proferiu no salão dos doutoramentos da Escola Militar, perante um luzidío e numerosíssimo concurso, o discurso inaugural das lições que pretende dar para vulgarizar o seu sistema de leitura repentina...”

O sr. Conselheiro Castilho, em linguagem fluente e animada, declarou que dois motivos haviam determinado a sua viagem: o primeiro, apresentar as suas respeitosas homenagens ao Senhor D. Pedro II; e o outro, plantar no Brasil o seu sistema de leitura, libertando a infância do suplicio com que até aqui comprava ela o conhecimento das letras”.

Em *O Diário*, também do Rio de Janeiro, publicou-se:

“...Esta semana teve lugar a abertura do curso de leitura repentina, professado pelo seu ilustre autor...”

O nome do distinto poeta português, já bem conhecido e divulgado entre nós, a magnitude do serviço que deseja prestar à instrução pública, a curiosidade de uns, incredulidade de outros e a esperança de muitos, reuniram em torno daquele sábio escritor, uma brilhante assembléa (...) que escutaram em um silêncio quase religioso, a resumida exposição que fez do seu método...”

O curso tinha lugar à 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> feiras das 4 ás 6 da tarde. Matricularam-se nele 589 pessoas, entre elas, delegados oficiais de algumas províncias, como o Piauí, Alagoas e Bahia, cujo comissionado era um professor Filipe José Alberto. Diz Júlio de Castilho que o próprio Imperador assistiu “uma vez (e não sei se até mais de uma)” ao curso.

Em carta, infelizmente não datada, mas que deve ser do início do curso, A. F. de Castilho, informa sua mulher:

“O curso continua. A frequência é, segundo o costume, muito inferior em número à inscrição. São fervuras estas, que têm sempre grande abatimento; entretanto, estes trabalhos hão-de deixar bom fruto. Já tenho tanta experiência destas coisas, que posso profetizar.”

Decorrido menos de um mês, no *Jornal do Comércio* apareceu um artigo, assinado de S, expondo certas dúvidas sobre o Método, sintetizadas em seis quesitos, que não transcrevemos por estarem incluídos na carta que A. F. de Castilho, nesse mesmo dia, dirigiu ao jornal, como resposta:

“Sr. Redactor

Não tenho a honra de conhecer o sr. S; mas aparece manifestando sentimentos generosos em termos decentes; propõe-me dúvidas, que posso resolver; peço-vos licença para lhe dar a minha resposta no vosso jornal, em que hoje publicou a sua carta.

A Metódica e a Pedagogia são ciências novas, graves, e de incalculáveis resultados; novas, digo, como filosofia; como empirismo... perdem-se na noite dos tempos.

Nenhuma nação tem ainda Público, a constituir júri competente em tais matérias; não me parece pois um jornal o campo mais próprio para estes debates; sem falar em que, ainda com a melhor vontade, e mais decidida officiosidade das Redacções, como sem dúvida se dá no nosso caso, o espaço de que uma folha dispõe, e o gosto volúvel do comum dos seus leitores, não consentem o desenvolvimento, aliás indispensável, de verdades não triviaes, que ora exigem longos raciocínios, ora prolixas narrações e documentos numerosos.

Convencido da utilidade do exame em todas as coisas sérias, mas desejando por isso o exame também sério, e feito onde se ache presente, viva, e em exercício, a coisa que se examina; em todas as terras, onde rejoy um Curso Normal, convido, sempre, leal, franca e incondicionalmente, os adversários (quaisquer que sejam) a virem sempre, na escola e em presença dos factos, discutir; e posso-vos afirmar, Sr. Redactor, que ainda até hoje me não esquivei ao desempenho de tal palavra.

Os mesmos ouvintes do Curso Normal do Rio de Janeiro são testemunhas de quanto, quão instantemente e quão repetidas vezes, tenho solicitado dúvidas, reparos, censuras contra o novo método em globo ou contra qualquer dos seus processos parciais. Quero portanto a crítica e agradeço-a sempre; mas prefiro-a onde a julgo mais proveitosa e menos arriscada a sofismas; onde ela

cabe perfeitamente; e onde se não pode prostrar, para filhos e netos, sem uma sentença decisiva.

Constrangido mais ainda pelo receio de abusar desse acolhimento, do que pelas minhas próprias ocupações, bem que estas me não deixem grande folga, entro já nas respostas aos quesitos que haveis impresso, com a máxima sobriedade que me for possível.

### 1.º quesito

“Qual é o máximo do tempo, em que uma criança, de 5 ou 6 anos de idade, poderá pelo Método de Leitura repentina ficar lendo todo e qualquer livro que se lhe apresente, corrente e perfeitamente?”

### Resposta

Entre seis e sete meses, supondo o mestre devidamente habilitado, zeloso e assíduo lerão não só em qualquer manuscrito, não só correctamente (o que raras vezes acontecia aos alunos do Método antigo), mas com pontuação e quase artisticamente; coisa de que nunca talvez, se havia citado um só exemplo. Inteligências distintas aprenderão ainda em menos tempo; obtusas, levarão mais; eu estabeleço o termo médio; advertindo porém, que os reputados indoutrináveis, número considerável nas escolas velhas, e nas escolas novas a dedo se apontariam, ainda os não encontrei; as razões não cabem aqui.

### 2.º quesito

“Ao mesmo tempo que a criança souber ler, saberá também escrever com perfeição quanto à caligrafia?”

### Resposta

No mesmo tempo já indicado, conjuntamente com o ler adquirem os alunos tanta ou mais caligrafia, do que até agora se trazia das escolas. Se o meu nobre interrogante me houvesse feito a honra de assistir às minhas duas últimas prelecções, já provavelmente se acharia disto convencido, como sucedeu (se me não engano) aos centenaes de pessoas, que presenciaram a exposição circunstanciada e motivada desta momentosa parte do ensino.

### 3.º quesito

“Ao mesmo tempo que a criança souber ler e escrever, aprenderá toda a aritmética?”

### Resposta

Não posso ser penhorado por dívida que não contraí. Só me fiz cargo de facilitar o ensino de ler e escrever. Se o facilitei estou quite; facilitei-o inquestionavelmente.

Para a contagem, ofereci apenas algumas simplificações rudimentares, vantajosas ainda assim. Essa parte dos nossos trabalhos já também a explanei com suficiente luz numa das minhas últimas preleções. O ensino da Aritmética levará pois quase o mesmo tempo que levava até agora; mas com esse, nada tenho eu que ver. Para se me outorgar a preferência, que julgo ser-me devida, basta que o complexo da Instrução Primária se perfaça num tempo incomparavelmente menor, com um agrado e perfeição incomparavelmente superiores.

### 4.º quesito

“O Método, assim como é simultâneo, pode também ser individual, com o mesmo proveito e sem prejuízo daqueles alunos que entrarem antes ou depois dos outros?”.

### Resposta

O Método acomoda-se a todos os modos de ensino: simultâneo, individual, misto, mútuo; mas compraz-se com o simultâneo, que é notoriamente o preferível para uma nação.

As entradas de novos alunos ao longo do ano são um mal nas escolas regeneradas, como o eram nas antigas. Nas regeneradas, porém, a gravidade deste mal é muito menor; o porquê demonstra-se facilmente, e já o eu demonstrei; e coisa melhor do que eu o tem demonstrado: é a experiência.

Sr. Redactor, para a vossa importante folha escrevo sempre tolhido, e de fugida; relevai-me que, para a resolução deste importante quesito, eu convide o nosso zeloso correspondente a ouvir-me nos meus trabalhos quando lhe aprouver. Faça-me constar, por alguma via, que se acha presente, e eu me comprometo a satisfazê-lo.

### 5.º quesito

Este não é mais que um desenvolvimento do 4.º; fica abrangido na resposta.

### 6.º quesito

“As aulas que ensinarem pelo Método, deverão ser uma ou duas vezes no dia?”.



Resposta

Esta questão de *modo* pouco tem com o *Método*. O mesmo que para este método se pergunta, a respeito de qualquer outro se poderia perguntar. Atendendo, porém, a que o trabalho em nossas escolas, é eminentemente atractivo, susceptível de contínua variedade, e acomodado às exigências, tanto intellectuais como físicas, dos alunos, opinaria eu que o Professor primário só desse por dia uma lição, mas essa larga. Fundo sobretudo o alvitre, em que assim lhe sobrariam horas, forças, e vontade, para dar um curso nocturno aos operários e servos, que de dia não podem frequentar; curso esse de grande caridade e importância, e ao qual poderiam ser ainda admitidos todos os discípulos da aula diurna que o desejassem, e que decerto não seriam poucos.

Concluo, Sr. Redactor, agradecendo-vos o empenho que mostrais neste grande negócio da Instrução pública, e pedindo ao Sr. S. se sirva aceitar o meu franquíssimo convite para uma conversação sobre estas matérias no lugar onde leciono e nos dias e horas estabelecidos: 2.<sup>as</sup>, 4.<sup>as</sup>, 6.<sup>as</sup> feiras, desde as 4 até às 6 da tarde. Se S. S.<sup>a</sup> quizer e o interesse de esclarecer verdades assim o exigir, nenhuma dúvida porei em prolongar essas conversações.

Sou Sr. Redactor,

Vosso  
constante leitor e servo

Rio de Janeiro  
Rua do Lavradio n.º 97  
18 de Abril de 1855

A. F. de Castilho”

O curso ia prosseguindo, mas no fim de abril não corria bem e de nenhum modo ao agrado de A. F. de Castilho. Em carta de 26 dirigida à mulher e aos filhos, dizia este:

“Quanto ao curso, creio que não posso dizer outro tanto. Foi muito frequentado, mas nada mais. Esta gente é indolentíssima; tem ainda uma qualidade pior, ou que pelo menos foi pior para o nosso caso; leva o seu patriotismo a um ponto de fúria que faz rir. Como o método é *português*, e eles têm aqui um chamado Costa Azevedo, que fez uma redução e estropiação de Jacotot, impresso há vinte e um anos, mas desconhecido, pode-se dizer que, por toda a gente, se aproveitaram da franqueza com que sempre convido a discutir e objectar, para virem pôr seus reparos, sob formas muito corteses na verdade, mas completamente sofisticas e de péssima fé.

Todos os seus artigos se reduzem, em última análise, a que é melhor ensinar a ler por sílabas, somando-as como elementos da palavra; bestice inclassificável e imperdoável.

Tenho-lhes respondido, tenho-lhes explicado; comprehendem decerto mas fazem-se desentendidos. Não há surdo de pior espécie, que o que não quer ouvir.

Farto de os aturar, disse-lhes ontem que ali acabava o Curso; que supunha ter explicado sufficientemente o Método, para estar já comprehendido pelos professores que sinceramente desejavam a reforma do ensino; que se porém lhes restavam algumas dúvidas, me podiam vir consultar todas as terças e sextas-feiras, desde a manhã às 2 da tarde. Com isto os despedi.

Em abono da verdade: muitos, talvez a maioria (de certo a melhora), dos frequentadores do Curso, eram gente sensata, e que apreciavam o serviço que tão desinteressadamente se lhes estava fazendo, e que para a illustração do seu País não era insignificante; mas de envolta com eles havia uma facçãozinha de inimiguinhos acintosos, que faziam consistir a glória do seu patriotismo em desdenhar o benefício estrangeiro, blasonando que também cá tinham disso; quando a verdade provada e demonstrada é, que disso tinham tanto como em Portugal enquanto não appareceu o meu Método. A consequência lógica era a contida no verso do *Palito métrico*:

*“Mandavit guardare cabras adque ire tabuam.”*

No dia seguinte, o jornal *Correio Mercantil*, que tão elogiosamente noticiara a chegada de A. F. de Castilho, informava os seus leitores:

“O Sr. Antônio Feliciano de Castilho desistiu das sessões públicas que até agora tinha regularmente dado...”

As suas reuniões foram sempre numerosamente concorridas, e tribu-taram-lhe de contínuo as mais escrupulosas atenções e respeitos; sendo sinceramente geral o sentimento que produziu, quando na última sessão, despedindo-se dos seus ouvintes, disse algumas palavras sentidas e eloquentes”.

Em 12 de maio, dirigindo-se a sua mulher, explicava-lhe as circunstâncias em que terminara o curso:

“O meu curso terminou; terminei-o mesmo antes do seu verdadeiro fim. Esses trabalhos eram apreciados pelos que podiam ter voto, seguidos por gosto pelos professores hábeis, presenciados quase quotidianamente por Vogais da Directoria dos Estudos, pelo Secretário dela, pelo Marquês de Olinda que foi regente deste Império, pelo Ministro do Interior, etc., etc.; mas como eu, com a minha costumada franqueza, e com o meu incorrigível amor da verdade, convidava constantemente as dúvidas e objecções de quem as tivesse, dois traquinias literários com muita basófia, num discurso muito sobrecarregado de encómios a mim, como escritor e poeta, e muito revestidos de fórmulas hipócritas, procuraram

suscitar (e com efeito suscitaram) uma cizânia de nacionalidade chocha, dizendo que também aqui havia, impresso há vinte e um anos, um Método de leitura, coisa grande, feito por um grande homem, em quem a maior parte deles mesmos nunca ouvira falar, chamado José da Costa e Azevedo; que eu decerto não teria tirado dele o meu, mas que me havia com ele encontrado; que por aquele método se aprendia em seis meses, como se podia ver num colégio desta cidade, etc., etc., etc..

Averiguadas as coisas, nada daquilo era assim. O Método do tal Costa era tanto o meu como eu sou o sultão de Constantinopla. Não é sequer um método brasileiro, mas uma reprodução às vezes textual, do Português Antônio de Araújo Travassos, por mim citado no prólogo de uma das últimas edições, e que inteiramente caiu em desuso, se jamais chegara a ser o que se chama usado. O do seu plagiário Costa, ninguém o segue no Império; não o conhecem aqueles mesmos que falam dele; e o tal colégio que se apontava, e que pertence a um Fulano Valdetaro, ensina por uma modificação feita pelo mesmo Valdetaro ao mesmo Costa, mas leva anos para dar maus leitores. É infame mentir assim. Um filho do Valdetaro, com onze anos de idade, aprende há três, e ainda não sabe ler.

Estes dois oradores de tão insigne tarefa fizeram-me perder a cabeça em duas lições. Afinal, já levavam para lá clientes, para lhes darem apoiados; era insuportável. Trunquei ali o Curso, dizendo-lhes o *porquê* muito francamente.

Não te dê porém cuidado nada disto. É sempre a mesma antiga questão: o ramerrão a resistir à reforma; a filosofia a ganhar terreno a passo e passo.”

Das cartas de A. F. de Castilho ressaltam fundamentalmente dois pontos:

- 1.º) No decorrer do curso foram apresentadas discordâncias e foi contestado o seu Método. Tal ponto está de acordo com o que informou o *Correio Mercantil*.
- 2.º) A. F. de Castilho filia discordâncias e contestações ao Método em pruridos patrióticos, visto existir no Brasil o método de Costa e Azevedo.

A sua explicação deve ser acolhida com as maiores reservas e dúvidas que têm fundamento. Para além de, contraditoriamente, dar o método de Costa e Azevedo inspirado em Jacotot, na sua carta de 26 de abril, e de em 12 de maio dizer que era uma reprodução, às vezes textual, do método do português Antônio de Araújo Travassos, acusa os brasileiros de gente indolentíssima, facto que só os levaria certamente a acolher, de braços abertos e com júbilo, o Método de Castilho, pois tinha a vantagem, tanto

apregoadada pelo seu autor, de ser fácil, pouco trabalhoso, etc.. Não pôs A. F. de Castilho no título das edições do seu *Método* que era para “em poucas lições se ensinar a ler com recreação de mestres e discípulos” (1.<sup>a</sup> edição), que era um método “para o ensino rápido e aprazível do ler e do escrever” (2.<sup>a</sup> edição)? Não disse ainda A. F. de Castilho, na carta de 26 de abril, que “eles (os brasileiros) têm aqui (note-se bem: *têm aqui*) um (método) chamado Costa Azevedo” e na de 12 de maio que o método do “Costa, ninguém o segue no Império: não o conhecem aqueles mesmos que falam dele”? Além de contraditórias as duas afirmações, não é evidente ser inacreditável que o fossem combater com e por causa de um método que ninguém seguia e que nem o conheciam os que falavam dele?

Não foi ainda contraditório dizendo, *na mesma carta*, ter sido atacado por dois traquinas por “uma cizânia de nacionalidade chocha”, aludindo no entanto mais adiante ao “ramerrão a resistir à reforma”, o que nada teria pois a ver com nacionalismo?

Em Portugal, como dissemos já, A. F. de Castilho não conseguira — nem conseguiu depois — impor o seu Método. Decorridos bastantes anos, Ferreira-Deusdado, historiador do ensino em Portugal, escrevia, referindo-se ao método de Castilho: “não se pode dizer que triunfou”. (2) Objecções, discordâncias, ataques, contestações surgiram em abundância, e não eram, evidentemente, por motivos patrióticos... mas por razões de ordem pedagógica, não interessa agora se justas ou errôneas. O mesmo terá pois acontecido certamente no Brasil. E quando A. F. de Castilho, como vimos, explicou o insucesso, porque “é sempre a mesma antiga questão: o ramerrão a resistir à reforma; a filosofia a ganhar terreno passo a passo”, não estava a ligar o insucesso ocorrido no Brasil ao insucesso já ocorrido em Portugal e a explicá-los pelas mesmas causas?

Júlio de Castilho, filho do autor do *Método*, fervoroso apologista de seu pai, que Antônio Salgado Júnior considerou como “membro de um dos partidos” (3) da polémica travada em redor de A. F. de Castilho, afirma peremptoriamente:

“A verdade é só uma; é esta:

Em toda a parte em que dominam as raças latinas, é exaltado, é meticuloso, é melindrosíssimo, o sentimento de exclusivismo nacional. Ninguém mais cioso nesses pontos do que nós outros os Portugueses; ora Portugueses são também os Brasileiros.

É duro ver que um estrangeiro chega à nossa terra animado do espírito de inocular na nossa civilização (seja ela qual for) um melhoramento qualquer que importe a confissão clara da nossa inferioridade; e Castilho era ali um estrangeiro; e Castilho levava

(2) *Educadores Portugueses*, 1909, p. 424.

(3) *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, direção de João Gaspar Simões, Lisboa, 1947, vol. I, p. 51.

de presente ao Brasil um Método novo no Brasil, superior aos que o Brasil usava. Bastou isso para que o ânimo se exacerbasse contra ele em certas classes; e, por maior que fosse o respeito com que ostensivamente o trataram, é certo que houve quem se sentisse como que humilhado do benefício.

O Brasil possuía já, desde 1834, uma espécie de redução dos sistemas pedagógicos do talentoso Francês Jacotot, feita pelo Brasileiro Costa Azevedo. Alguns conterrâneos dele opunham essa obra, que diziam sua, às inovações do pedagoga português.

Daí discussões, mais teóricas do que práticas, na própria aula, encabeçadas em idéias falsas de falso patriotismo, e mais ou menos insidiosas.”

Mas curiosamente, mais adiante, na mesma obra diz:

“Faltam-me pormenores com que esclareça e comente aquelas palavras do *Correio Mercantil*; mas avaliando em globo o pouquíssimo que sei desse curso trabalhoso, creio poder afirmar que ele não foi tão frutífero como se augurara. A intriga, lá como em Portugal, lavrava na sombra; certos portugueses, famintos correspondentes de uns jornais quaisquer, mordiam no poeta e irritavam os ânimos; os métodos antigos moveram guerra encapotada à inovação por ser inovação. Sobre estes motivos, outro ainda: era o estado atrasadíssimo do professorado brasileiro em geral (salvas raras exceções honrosas e louváveis), correspondendo à mesma causa em Portugal”.

De notar que se desmente a si próprio, pois atira agora as culpas para “certos portugueses”, pois explica o fracasso por um espírito rotineiro, evoca o “estado atrasadíssimo do professorado”, tudo portanto razões que, aceitemo-las ou não, nada tinham a ver com o patriotismo e o nacionalismo dos brasileiros. E a concluir, afirma que tudo isto está “correspondendo à mesma causa em Portugal”, conclusão que igualmente exclui o patriotismo como razão do insucesso do curso e que coincide com a explicação que demos atrás, ou seja, que o fracasso teve no Brasil as mesmas raízes que teve em Portugal, embora as causas que Júlio de Castilho apresenta sejam diferentes das nossas.

Assinalemos ainda que no Brasil, como em Portugal, A. F. de Castilho conquistou adeptos fervorosos e partidários convictos. Na carta de 12 de maio escreveu a sua Mulher: “Há principalmente dois professores, que vieram de propósito da Bahia seguir aqui os meus trabalhos, ambos hábeis, e um deles é Diretor da Instrução primária na sua província, os quais, convictos e decididamente partidários do novo ensino, vão dar aqui mesmo um Curso a crianças analfabetas, que eu já para este fim requisitei ao Ministro: e o Conselho dos Estudos sobre essa forma palpável tomará afinal providências.”

Júlio de Castilho, nas suas *Memórias*, também transcreve do Dr. Abílio Cesar Borges, Director-Geral dos Estudos, um trecho do seu *Relatório sobre a instrução pública da província da Bahia* onde está bem marcada a sua admiração pelo método apresentado por A. F. de Castilho: “Cabe aqui agora dizer algumas palavras sobre o grandioso invento do profundo filósofo e pensador português o sr. Conselheiro Antônio Feliciano de Castilho: *O Método de Castilho*”. Chega para mostrar a sua posição.

Em 30 de junho de 1855 A. F. de Castilho deixava o Rio de Janeiro. Em carta desse dia dirigida ao *Correio Mercantil*, escreveu referindo-se aos motivos por que fora até ao Brasil:

“Finalmente possuía um fruto de excelente semente já não proibida, nem proibível, da árvore da ciência, uma boa nova para as boas mães, uma carta de alforria para as criancinhas, um elemento para a felicitação popular, um telégrafo eléctrico para a ilustração e para a sociabilidade; cobiçava oferecer à nossa família transatlântica estes bens, cuja realidade e cuja importância eram já experimentalmente reconhecidas pelas altas e médias inteligências da nossa família na Europa. Vim. Emudeci clamores de outros deveres, despertei laços de outras afeições; visitei, conheci, admirei e amei em dobro a terra que Virgílio teria entusiasticamente saudado como a sua Ansonia, grande mãe de frutos e grande mãe de homens.

Era da natureza das coisas que a novidade que eu trazia, por vir apresentada por mão humilde, pela mesma facilidade, e até pelo mesmo préstimo, encontrasse aqui (e em toda a parte encontra) agras dificuldades. A semente fica porém lançada em terreno purgue, e entregue a cultores hábeis e zelosos; os frutos hão-de aparecer”.

Como se vê, A. F. de Castilho, embora explique de maneira diferente o insucesso do Método, não deixa de vincar que ele encontrara no Rio “e em toda a parte encontra agras dificuldades”. Esse “toda a parte” só podia ser Portugal, pois o Método não fora aplicado em outros locais. Portanto põe em paralelo e aproxima nas suas causalidades, o fracasso do Método no Brasil e o mesmo fracasso em Portugal. Mais uma confirmação, pois, para a explicação que apresentamos, aliás apenas como a que se nos afigura mais verossímil, face ao que conhecemos dos fatos que expusimos e analisamos neste breve escrito(4).

---

(4) Este estudo baseia-se na *Correspondência Pedagógica* de A. F. de Castilho, seleção, introdução de notas de Fernando Castelo-Branco, publicada em 1975 pelo Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian e nas *Memórias de Castilho*, escritas por seu filho Júlio de Castilho. Uma parte dessa obra está publicada em livro, mas a outra apenas foi divulgada na revista ‘O Instituto’, de Coimbra. Nesta última se encontra a narrativa da ida de A. F. de Castilho ao Brasil, inserta no vol. 49, de 1902, que em Portugal praticamente apenas é acessível em algumas bibliotecas públicas.